

Brasil bate novo recorde do nível de desemprego desde 2012

O nível de desemprego no Brasil chegou a 5,4% no trimestre encerrado em outubro, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados na última sexta-feira (28), configurando mais um recorde já registrado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012, na redução do índice.

No levantamento, o Brasil também bateu novos recordes no número de pessoas com carteira assinada (39,182 milhões) e de rendimento médio mensal, que ficou em R\$ 3.528, no trimestre. Com isso, a massa de rendimentos alcançou R\$ 357,3 bilhões, o patamar mais alto já visto no país e que representa expansão de 5% em um ano.

Em números, o país registrou 102,6 milhões de trabalhadores ocupados e 5,9 milhões de desocupados, o menor contingente da série histórica e que representa recuo de 3,7% (menos 207 mil pessoas) no trimestre imediatamente anterior e de 11,8% (menos 788 mil pessoas) no ano.

"Estamos assistindo a uma redução constante na queda do nível de desemprego no país, o que indica eficácia das políticas do governo de estímulo econômico com inclusão social", avalia a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta nacional da CUT, Juvandia Moreira.

A dirigente reforça que a queda na informalidade tem reflexos importantes para o sistema de previdência social, aumentando os recursos que garantem a sustentabilidade do INSS. "A estabilidade de longo prazo da previdência social está diretamente relacionada ao aumento do emprego formal", completou.

A população desalentada (pessoas que desejam trabalhar, mas que desistiram de procurar emprego ativamente, seja por falta de oportunidade, idade, falta de experiência ou qualificação), ficou em 2,6 milhões no trimestre, resultado estável em relação ao trimestre imediatamente anterior e queda de 11,7% em relação ao mesmo trimestre de 2024.

BC e CMN vedam fintechs de utilizarem o termo "banco" em suas denominações

O Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram nesta sexta-feira (28) a Resolução Conjunta nº 17/2025, que veda instituições financeiras de utilizarem termos que sugiram atividade ou modalidade, em português ou em língua estrangeira, "para a qual não tenham autorização de funcionamento específica".

Na prática, quer dizer que instituições de pagamento, como as fintechs (empresas de tecnologia que atuam nos serviços financeiros) e cooperativas de crédito, não poderão mais utilizar a nomenclatura "banco".